

Relatório da administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores

Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Macapá registrou em 31 de dezembro de 2012 perda operacional de R\$ 759.450. Do mesmo modo, registrou resultado financeiro negativo foi de R\$ 67.916. Com isso, o prejuízo do exercício de 2012 foi de R\$ 87.421, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria, uma vez que a Companhia se encontra em fase pré-operacional. A Companhia apresentou, no exercício de 2012, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor de Relações com Investidores

Histórico: A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A LMTE é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$71.880.000, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. **Desempenho Operacional: Transmissão de Energia - Operação:** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 8 concessionárias (LXTE, LMTE, JTE, CPTe, LTMC, IENNE, SLTE e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (LTTE e LITE) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais

810 Km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em ao menos mais 3 subestações. **Desempenho Econômico-Financeiro:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

Demonstrações do Resultado (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		% Total	% Variação
	2012	2011		
Receita	696.110	100,00%	342.000	100,00%
Custo de construção	(759.450)	(109,10%)	(317.643)	(92,88%)
Lucro (Prejuízo) bruto	(63.340)	(9,10%)	24.363	7,12%
Despesas gerais e administrativas	(1.200)	(0,17%)	(2.761)	(0,81%)
Lucro (Perda) operacional	(64.540)	(9,27%)	21.602	6,32%
Despesas Financeiras	(68.568)	(9,85%)	(31.173)	(9,11%)
Receitas Financeiras	652	0,09%	7869	2,30%
Resultado financeiro líquido	(67.916)	(9,76%)	(23.304)	(6,81%)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	132.456	19,03%	(1.702)	(0,50%)
Imposto de Renda e Contribuição Social	45.035	6,47%	579	0,17%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(87.421)	(12,56%)	(1.123)	(0,33%)
Lucro Líquido (prejuízo) por lote de mil ações R\$	(266,3)		(7,68)	

A receita operacional líquida aumentou 103,54%, atingindo R\$ 696.110 mil em dezembro de 2012 se comparada com R\$ 342.006 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento da receita deve-se ao fato da Companhia no ano de 2012 ter tido um grande avanço nas obras de construção da transmissora, com isso apurando uma receita de construção maior que em 2011. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 77.833 mil em dezembro de 2012, comparada com R\$ 19.918 mil em dezembro de 2011, onde o aumento de 290,77% é devido pelo reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro em 2012 e o valor do investimento nas obras em 2012. A receita de construção aumentou 93,12%, totalizando R\$ 689.271 mil em dezembro de 2012, comparada com R\$ 356.907 mil em dezembro de 2011, devido ao fato do grande avanço das obras e com isso gerando uma receita maior de construção. Em decorrência dos fatores mencionados acima, no exercício de 2012, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 87.421 mil. **Composição Acionária:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 340.650 milhões, representado por 340.650 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. **Auditor Independente:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara que mantém contratada a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2012. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	69.071	67.217	Fornecedores (Nota 12)	183.642	109.937
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	22.774	50.748	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	193.155	153.645
Impostos a recuperar	1.853	1.808	Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	5.165	6.749
Despesas pagas antecipadamente (Nota 11)	2.876	15.216	Partes relacionadas (Nota 10)	7.668	491
Outros ativos	179	2	Provisões (Nota 15)	53.250	3.660
	96.753	134.991		442.880	274.482
Não circulante			Não circulante		
Realizável em longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	583.876	146.707
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	1.230.936	463.832	PIS e COFINS diferidos (Nota 16)	113.803	42.809
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17)	48.426	3.391	Outras contas a pagar	-	-
Dépósitos judiciais (Nota 8)	7.173			697.679	189.516
Títulos de renda fixa	1.788	1.090	Patrimônio Líquido (Nota 19)		
	1.288.323	468.313	Capital social	340.650	146.200
Imobilizado, líquido	2.129	311	Prejuízos acumulados	(94.004)	(6.583)
	1.290.452	468.624		246.646	139.617
Total do ativo	1.387.205	603.615	Total do passivo e patrimônio líquido	1.387.205	603.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2012	2011
Operações continuadas		
Receita (Nota 21)	696.110	342.006
Custo de construção (Nota 22)	(759.450)	(317.643)
Lucro (prejuízo) bruto	(63.340)	24.363
Despesas gerais e administrativas	(1.200)	(2.761)
Perda/Ganho operacional	(64.540)	21.602
Despesas financeiras (Nota 23)	(68.568)	(31.173)
Receitas financeiras (Nota 23)	652	7.869
Resultado financeiro líquido	(67.916)	(23.304)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(132.456)	(1.702)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	45.035	579
Prejuízo do exercício	(87.421)	(1.123)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(266,30)	(7,68)

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(87.421)	(1.123)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.035)	(579)
PIS & COFINS diferidos	(70.994)	34.819
Remuneração do ativo financeiro	(77.833)	(19.918)
Juros dos empréstimos	54.938	27.907
Outras despesas financeiras	-	3.266
Provisões	49.590	3.458
Depreciação	123	275
Movimentação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(45)	(1.391)
Adiantamentos a fornecedores	27.974	(48.970)
Despesas antecipadas	12.340	(8.794)
Outros ativos	(177)	471
Dépósitos judiciais	(7.173)	-
Fornecedores	73.707	106.435
Partes relacionadas	7.177	(2.923)
Outros passivos	(3)	-
Impostos e contribuições a recolher	(1.584)	6.749
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	112.216	51.577
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - concessão	(689.271)	(356.907)
Títulos de renda fixa	(697)	(1.090)
Adições do imobilizado	(1.941)	(404)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(691.909)	(358.401)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	564.568	292.722
Amortização dos juros e empréstimos	(131.712)	(277.708)
Custos de transação	(11.115)	(3.280)
Aumento de capital	194.450	143.390
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	616.191	155.124
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	67.217	170.812
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	69.071	67.217
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.854	(103.595)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	5
Equipamentos de informática	5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. (f) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). (g) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. (h) Demais ativos e passivos: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. (i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão as realizações dos impostos diferidos ativos. (j) Capital: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. (k) Reconhecimento de receita: Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferido de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 9,9% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Durante a fase pré-operacional, a receita relativa a serviços de construção é registrada pelo seu valor justo conforme descrito na Nota 4.1. 4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. (a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros: A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificados pela administração evidên-	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	2.810	(5.460)	(2.650)
Aumento de capital (Nota 19)	143.390	-	143.390
Prejuízo do exercício	-	(1.123)	(1.123)
Em 31 de dezembro de 2011	146.200	(6.583)	139.617
Aumento de capital (Nota 19)	194.450	-	194.450
Prejuízo do exercício	-	(87.421)	(87.421)
Em 31 de dezembro de 2012	340.650	(94.004)	246.646

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração

às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Estima-se que a Companhia inicie suas operações em maio de 2013. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 100,00% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Isolux Engenharia S.A. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram aprovados e autorizados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2015. **2. Concessão:** Em 27 de junho de 2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B - linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. Atualmente, a Companhia está em fase pré-operacional, incorrendo em gastos que geram prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2012, apresenta capital circulante líquido negativo e fluxo de caixa operacional negativo. Até que inicie suas operações, a Companhia irá necessitar de suporte financeiro de seus acionistas ou de terceiros. A Companhia para fazer frente aos investimentos futuros já possui um contrato de crédito de longo prazo assinado com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com o Banco da Amazônia (BASA), como descrito na Nota 13, assim como tem comprometido por parte dos acionistas controladores, o aporte de capital próprio em percentual não inferior a 20% dos custos totais do investimento. Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. **3.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas: (a) Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido

de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo Financeiro da concessão:** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é

cias objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão:** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.1. Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na Nota explicativa nº 4.2. **(b) Reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infra-estrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **(d) Determinação das receitas e custos de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **(e) Provisão para riscos:** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações trimestrais. Periodicamente, a Companhia revisa sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **(f) Provisão para custos de construção:** Em caso de contrato oneroso, ou seja quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **4.2. Contrato de concessão:** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as provisões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infra-estrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infra-estrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infra-estrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo: • A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. • A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao

poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro: (a) Risco de crédito:** Salvo pelo ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(b) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas provisões acima mencionadas. **(c) Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **(d) Valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(ii) Financiamentos:** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A.). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2012, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos foram reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos foi celebrado e foram, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o patrimônio líquido. **(iv) Ativo financeiro de concessão:** Os ativos financeiros de concessão estão avaliados pelo custo real incorrido acrescido da remuneração calculada com base na TIR do empreendimento sendo que, uma vez que a empresa encontra-se em fase pré-operacional, ainda não começaram a ser amortizados.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2012	2011
Caixa e bancos	69.071	67.217
	69.071	67.217

7. Adiantamentos a fornecedores: Os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

	2012	2011
Toshiba	124	6.290
Siemens	7.040	24.150
Sermex	590	2.702
Sae Towers	126	803
Phelps Dodge		2.302
Nexans Brasil	423	2.776
CromptonGreaves	5.295	6.262
Cogelta	353	551
Brametal Sul		2.678
ABB	4.391	1.879
Outros	4.432	355
	22.774	50.748

8. Depósitos judiciais: O saldo de R\$ 7.173 em 31 de dezembro de 2012 é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS.

9. Ativo financeiro - concessão:

	2012	2011
Em 1º de janeiro de 2011	87.007	
Receita de construção	356.907	
Remuneração do ativo financeiro	19.918	
Em 31 de dezembro de 2011	463.832	
Receita de construção	689.271	
Remuneração do ativo financeiro	77.833	
Em 31 de dezembro de 2012	1.230.536	

10. Partes relacionadas: Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

	2012	2011
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	(6.000)	-
Outras empresas do grupo	(1.668)	(491)
	(7.668)	(491)

11. Despesas pagas antecipadamente: O saldo em 31 de dezembro de 2012 refere-se principalmente aos custos de transação relativos ao estudo e aprovação dos créditos de longo prazo. O saldo em 31 de dezembro de 2011 era composto dos prêmios de seguro não apropriados (R\$ 9.221) e de custos de transação.

12. Fornecedores:

	2012	2011
Siemens Ltda.	29.618	5.861
Toshiba Transmissao e Distrib.do BR	17.705	3.917
Nexans Brasil S.A.	9.568	13.597
Phelps Dodge International Ltda	9.355	17.520
Brametal-Brandao Metalurgica	6.768	
C A Z Construções Ltda.	6.548	3.133
Outros fornecedores	104.082	65.909
	183.644	109.937

13. Empréstimos e financiamentos: Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Moeda nacional	Taxa anual de juros e comissões - % a.a.	2012	2011
Circulante			
Banco do Brasil S.A	CDI + 3,0%	33.000	
Banco da Amazônia S.A	CDI + 2,8%	50.000	50.000
Banco da Amazônia S.A	CDI + 2%	100.000	100.000
Juros a pagar		10.155	3.645
		193.155	153.645
Não circulante			
Banco da Amazônia S.A	10%	142.722	142.722
SUDAM	TJLP+0,85	419.568	
Juros a pagar		35.981	7.265
Custos de transação		(14.395)	(3.280)
		583.876	146.707
		777.031	300.352

Custos de transação (comissões bancárias e IOF): Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2012 e 2011 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. **(a) Garantias concedidas:** Fianças corporativas emitidas pela Isolux

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

Energia e Participações S.A. e pelo Grupo IsoluxCorsán S.A. **(b) Créditos de longo prazo:** Em 30 de dezembro de 2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 142.722 - Prazo: 240 meses - Encargos: Fixo: 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 204 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10 de fevereiro de 2014 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 569.568 - Prazo: 240 meses - Encargos: TJLP + 0,85% a.a.. Durante o exercício de 2012, a Companhia recebeu o valor de R\$ 419.568 referente ao crédito da SUDAM e tem a expectativa de receber o restante desse financiamento em 2013. **14. Impostos e contribuições a recolher:** Em 31 de dezembro de 2012, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se à retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **15. Provisões:** Em 31 de dezembro de 2012, os saldos de provisões correspondem a:

	2012	2011
Provisão para custos de construção	47.857	
Provisão de férias e 13º salário	3.533	3.638
Outras provisões	1.860	22
	53.250	3.660

16. PIS e COFINS diferidos: Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pelo adoção do ICPC 01.

	2012	2011
PIS e COFINS diferidos	7.990	
	34.819	
	42.809	
	70.994	
	113.803	

Em 31 de dezembro de 2010

Constituição em 2011

Em 31 de dezembro de 2011

Constituição em 2012

Em 31 de dezembro de 2012

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
(a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(132.456)	(1.702)
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	45.035	579

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	IR e CSSL diferidos
Em 31 de dezembro de 2011	3.391
Constituição em 2012	46.731
Em 31 de dezembro de 2012	50.122

18. Incentivos fiscais: Em 5 de dezembro de 2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura-REIDI, pelo qual a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 340.650 mil, está representado por 340.650 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ordinárias
Isolux Energia e Participações S.A.	340.649.999
Isolux Ingeniería S.A.	1

(b) Destinação do resultado: A Companhia apresentou prejuízos de R\$ 87.421 em 2012, totalizando prejuízos acumulados no final do exercício de R\$ 94.004 Dessa forma, não foram propostos dividendos. **20. Seguros:** A cobertura de seguro foi contratada pelo montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Todas as apólices de seguro foram renovadas em janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Garantias FDA	16 de maio de 2011 a 31 de dezembro de 2012	R\$ 569.568
Garantias FNO	23 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2012	R\$ 142.722
Engenharia	31 de agosto de 2010 a 30 de dezembro de 2012	R\$ 846.936
Riscos Nomeados Operacionais	31 de agosto de 2010 a 30 de dezembro de 2012	R\$ 1.500
Responsabilidade Civil Geral	01 de outubro de 2010 a 30 de dezembro de 2012	R\$ 10.000

21. Receita:

	2012	2011
Receita bruta de serviços		
Receita de construção	689.271	356.907
Receita de remuneração do ativo financeiro	77.833	19.918
PIS e COFINS diferido	(70.994)	(34.819)
Receita líquida de serviços	696.110	342.006

22. Custos sobre serviços prestados

	2012	2011
Custo de Construção	(759.450)	(317.643)

Em 2012 foi identificado que os custos totais previstos para concluir o serviço de construção seriam superiores à receita relacionada alocada a esse serviço. A perda esperada com o contrato de construção foi reconhecida imediatamente como despesa gerando uma perda operacional de R\$ 68 milhões.

23. Resultado financeiro líquido:

	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(54.938)	(27.907)
IOF	(4.116)	-
Variação cambial negativa	(3.631)	-
Outras despesas financeiras	(5.883)	(3.266)
	(68.568)	(31.173)

Receitas financeiras

Receita de aplicações financeiras	221	7.675
Outras receitas financeiras	431	194
	652	7.869
	(67.916)	(23.304)

Resultado financeiro líquido

24. Remuneração de administradores

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. **25. Instrumentos financeiros por categoria**

Ativo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	Total
	Resultado	Empréstimos e recebíveis		
Ativo financeiro		1.230.936	1.230.936	
Títulos e valores mobiliários	1.787	-	-	1.787
Depósitos judiciais e outros ativos	-	7.352	7.352	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	69.071	69.071	-
	1.787	1.307.359	1.309.146	
Passivo	Empréstimos e recebíveis		Total	
Empréstimos e financiamentos		777.031	777.031	
Partes relacionadas		7.668	7.668	
Provisões		53.250	53.250	
Fornecedores e outros passivos		188.631	188.631	
		1.026.580	1.026.580	

Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor Geral
Márcia Abreu Tavernari - Contador - CRC RJ -10758/O-1

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que

Companhia Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos